

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS, brasileiro, solteiro, cobrador, portadora do CPF sob o nº 826.798.514-04, residente e domiciliado na Rua Rosa Mística, 194, Casa 111, Valentina, João Pessoa/PB, CEP: 58 000-000, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seus procuradores.

OUTORGADO: Hérika Coeli da Silva Clementino, brasileira, solteira, ADVOGADA inscrita na OAB nº 18.925, Martinho Cunha Melo Filho, brasileiro, casado, ADVOGADO inscrito na OAB/PB 11.086, Houseman Rocha, brasileiro, solteiro, ADVOGADO inscrito da OAB/PB 13.534, estabelecidos na Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, 66 Centro, João Pessoa- PB, a quem confere amplos poderes com a cláusula adjudicia e extra-judicia para, como seus advogados, representar a outorgante perante toda e qualquer entidade pública ou privada, podendo representá-lo em qualquer juízo, instância ou tribunal, judicialmente ou extra judicialmente, com poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber alvará em cartório, receber citação inicial e ou intimações renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar quitação, tudo precedido de expressa e escrita autorização do outorgante, dando tudo por bom, firme e valioso.

Declara ser pobre da Lei (art. 1º, da Lei nº 7.115/93) para o fim de obtenção do benefício da necessidade na forma da lei, e que sua situação econômica não lhe permite pagar custas processuais e honorários de advogados sem prejuízo do sustento próprio e de sua família. Declara ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e criminais (art. 2º da supracitada lei), caso o presente documento não porte a verdade.

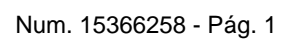
João Pessoa-PB, 10 de julho de 2018.



OUTORGANTE

Scanned with CamScanner



[illegible]

**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Pádua Chaves, 229 - Jaguarão João Pessoa - PB
CEP: 58015-070 - CNPJ: 08.123.134/0001-47PARA CONTATO COM A CAGEPA
PROPOSTA DE PAGAMENTO
MATEMÁTICA

90160

N.º SP

14491633

NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO**VALDO TOSCANO VARANDAS**
RUA JOAO L R DE MORAIS 66
CENTRO 58013-230
JOAO PESSOA

Inscrição	SM	Quantidade de Economias				Responsável
001.04.400.0315	0	Reserva	Secund	Outros	Outros	90160
		0	1	0	0	
Hidrometro A01A130536	Data de Instalação 12/03/2002	Localização 4	Situação Água LIGADO	Situação Esgoto LIGADO		

Consta(m) em nosso(s) registro(s) pendência(s) de pagamento de contas anterior(es). Conforme previsto na Lei Federal 11.445, essa(s) pendência(s) sujeita(m) o imóvel a suspensão do fornecimento de água. Se o débito já estiver sido pago, há mais de 5 dias, desconsidere este aviso.

Para demais informações, entre em contato com a CAGEPA pelas lojas de atendimento ou call center (115) gratuito.

REFERENCIA CONTA	VENCIMENTO	VALOR(R\$)
ABR/2017	15/04/2017	261,58
MAI/2017	15/05/2017	277,52

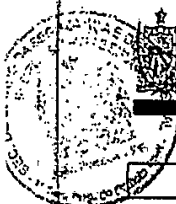
EMISSION: 01/06/2017 **Total a Pagar:** R\$539,10

v.16.11 R: 1.0

COMPANHIA	N.º SP	EMISSION	TOTAL A PAGAR
CAGEPA	14491633	01/06/2017	539,10

4265000005-2 39120010900-2 00090360014-0 89163300008-7





**GOVERNO
DA PARAIBA**

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA
9ª DELEGACIA DISTRITAL DA CAPITAL



BOLETIM DE Ocorrência Nº 388/2014

Aos 9 de janeiro de 2014, na 9ª Delegacia Distrital, sediada no Bairro Mangabeira, nesta Capital, onde se achava presente o Bel. Nêio Carneiro, Delegado de Polícia Civil, quando por volta das 20:41 horas, compareceu:

NOME: JOSÉ GUEDES DA SILVA FILHO
NACIONALIDADE: BRASILEIRA
NATURALIDADE: JOÃO PESSOA/PB
FILIAÇÃO: JOSÉ GUEDES DA SILVA E DE MARIA DO SOCORRO SILVA
DATA DE NASCIMENTO: 07/01/63
OCUPAÇÃO: POLICIAL MILITAR
ESTADO CIVIL: CASADO
RG: 832.556 PB, CPF 323.261.304-72
ENDEREÇO: RUA ANTONIO DA CUNHA FILHO, Nº 190, BAIRRO VALENTINA I, NESTA.
TELEFONE: 8660-5178

O(A) qual veio notificar que: No dia 13/10/13, seu cunhado de nome RICARDO WANTUI GOMES MORAIS, se envolveu em um acidente de trânsito quando conduzia a moto YAMAHA de placa OEV2233/PB e foi colidido por um veículo de marca GM/CHEVETTE de placa MMN4278/PB, cujo condutor se evadiu do local; Que o fato se deu na Av. Waldemar Galdino Naziazeno, Bairro Ernesto Geisel, nesta, e da colisão resultou em danos materiais na citada moto e seu condutor foi socorrido pelo SAMU para o Hospital de Emergência e Traumas da Capital, onde foi constatado fratura de tíbia e perônio, ficando internado por sessenta e dois dias. Nada mais havendo a constar, ciente o(a) declarante das implicações legais do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, foi encerrado o presente registro.

João Pessoa, 9 de janeiro de 2014.

NOTIFICANTE:

ESCRIVÃO:



Rio de Janeiro, 16 de Março de 2018

Aos Cuidados de: **RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS**

Sinistro: **3170583228**

Vítima: **RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS**

Data do Acidente: **13/10/2013**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **MARTINHO CUNHA MELO FILHO**

Assunto: **INTERRUPÇÃO DE PRAZO**

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3170583228** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00417/00418 - carta_02 - INVALIDEZ



Carta nº 12524831



Declaração do Proprietário do Veículo

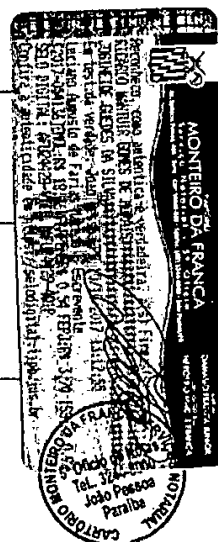
Eu, Jonine de Guedes de Silva
 RG nº 19.534.712, data de expedição 03.01.11
 Órgão SSPPB, portador do CPF nº 585.439.454-53
 com Domicílio na cidade de João Pessoa, no Estado
 de PB, onde residio na (Rua/Avenida/Estrada) Rua: Rosa Mística,
 nº 194, complemento, Lava 111, declaro, sob as
 penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na
 data do acidente ocorrido com a vítima
Ricardo Alcantara Gomes de Menezes, cujo o condutor
 era o mesmo

Veículo.....: YAMAHA YBR 125 FACTOR ED
 Ano.....: 2013/2014
 Modelo.....: YAMAHA / YBR 125 FACTOR ED
 Placa.....: DEV 2233
 Chassi.....: 9CGKE1940E0001152
 Data do acidente.: 13/10/2013

Local e data: João Pessoa/PB - 13/10/2013

X Jonine de Guedes de Silva
 Assinatura do Declarante Proprietário
 (Assinar e Reconhecer a Firma por autenticidade)

X Ricardo Alcantara Gomes de Menezes
 Assinatura do CONDUCTOR (quando a vítima for carona)
 (Assinar e Reconhecer a Firma por autenticidade)





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA



(ATO DECLARATÓRIO)

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito que, o SAMU 192 Metropolitano de João Pessoa prestou atendimento pré-hospitalar ao paciente, RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS, idade 41 anos, vítima de Acidente Automobilístico (Colisão Carro x Moto) no dia 13/10/2013, Av. Valdemar Galdino Naziazeno, Bairro: Ernesto Geisel - João Pessoa - aproximadamente às 11:30 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

João Pessoa, 27 de Dezembro de 2013.



Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico - Matr. 67.155-6 - SAMU 192-JP

JEFFERSON DA ROCHA AUGUSTO
Coordenação do SAME - SAMU 192
Regional de João Pessoa

Rua: Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - CEP: 58053-900 - João Pessoa - PB
Fone SAME: (83) 3218-9242; 3218-9125



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Ricardo Wautuir Gomes de Morais, portador da carteira de identidade nº 0495349 e inscrito no CPF nº 826.798.514-04, residente e domiciliado na Rua: Rosa Mística, n: 194, Lapa III, Mulgumagro, Salentina, Cidade João Pessoa, Estado Paraíba, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

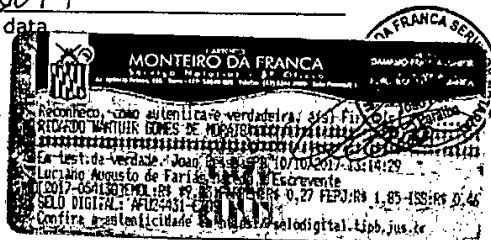
- () Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Ricardo Wautuir Gomes de Morais
Assinatura do declarante
Conforme documento de identificação

João Pessoa/PB - 10/10/2017
Local e data



GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL

C: 288314 Laudo nº: 2502051

LAUDO TRAUMATOLOGICO Ferimento ou ofensa física

Data do exame: 08/05/2014

Órgão Requisitante: DAV. nº da Solicitação: 100/2014; Autoridade Solicitante: Fernando Barboza de Carvalho; Nome: RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS, 41 anos, sexo: masculino, Raça/cor: parda; filho de: Manoel Izonaldo de Moraes e de Maria Aparecida Gomes de Moraes; Estado civil: Solteiro. Nacionalidade: brasileira. Natural de: Natal/RN. Profissão: cobrador.

HISTÓRICO: Relata o periciando que foi vítima de acidente de trânsito no dia 13/10/12 por volta das 11h30min na Av. Valdemar Galdino Nazifazeno - Ernesto Geisel - nesta capital.


DESCRIÇÃO: O periciando apresenta cicatriz irregular em face anterior da perna esquerda hipertrofica, hipercrômica com área de enxerto cutâneo, localizada em terço médio da perna esquerda. Observa-se boa mobilidade do joelho e limite de movimentos de flexo-extensão e tornozelo esquerdo com marcha discretamente claudicante. Consta Laudo Médico emitido pelo Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, com relato de atendimento no dia 13/10/13, com diagnóstico de fratura exposta da tibia esquerda, CID - 10 S82.3. Foi realizado tratamento cirúrgico com redução e fixação da fratura e enxerto de pele total. Outro Atestado Médico datado de 08/05/2014, assinado pelo Dr. José Marinho C. Pontes, CRM 4719, com relato de fratura fixada com haste, boa mobilidade de joelho esquerdo e ligeira limitação funcional do tornozelo esquerdo. CID 582.2

QUESITOS:

- 1º Há ferimento ou ofensa física? SIM.
- 2º Qual o meio que o ocasionou? AÇÃO CONTUNDENTE.
- 3º Houve perigo de vida? NÃO.
- 4º Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? SIM, DEBILIDADE D FUNÇÃO DA MARCHA DE GRAU LEVE (DEFICIT FUNCIONAL ESTIMADO EM 20%).
- 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? DEVIDO FRATURA DE PERNA ESQUERDA.
- 6º Provocou aceleração de parto? PREJUDICADO.
- 7º Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? NÃO.
- 8º Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? NÃO.
- 9º Resultou deformidade permanente? NÃO.
- 10º Provocou aborto? PREJUDICADO.

Dr(a) Silvano Maria Gomes de M. Linhares
Perito Oficial Médico-Legal
Mat: 157.393-4 CRM 4713/PA

15
108

 RELATÓRIO OPERACIONAL		Nº 022918
Nome Completo:	MICRONI, CARLOS BATISTA DE OLIVEIRA	Matrícula: 843.5
Área de Atuação:	(X) Trânsito () Transporte	Data: 23/10/13 Hora Inicial: 06:25
Designação 2º MOB		
Serviço Extraordinário		
<p>VENDO POR MEIO DESTA INFORMAR QUE CHEGUEI NA SEDE AS 06:25 HS.</p> <p>FOI: SUPERVISOR CARMI, AGENTE R. LIMA E EU DIRIGINDO A UTE 228.</p> <p>EU E O AGENTE R. LIMA, FOMOS DESIGNADOS PELA SUPERVISOR CARMI PARA</p> <p>LEVAR DA APOIO A II OLIMPIADA DAS SEMINADORAS DO TRÁFICO DE DÍTAS DO EST.</p> <p>DO DA PARAIÁ, ATENDENDO O DEITO 2013/103408.</p> <p>AS 06:45 HS, SAÍMOS DA SEDE EM DIREÇÃO AO EVENTO LOCALIZADO NA</p> <p>AV. MILTON SOUTO MAIOR.</p> <p>AS 08:30 HS, INICIAMOS A MARCIA E AS 08:45 HS TERMINAMOS, TENDO</p> <p>O APOIO DOS MOTOCICLISTAS OMARDO FERREIRA, JOSEFA, ALVÍZIO, TUDO OCORREU EM</p> <p>20 35H.</p> <p>DEPOIS DA OCORRÊNCIA O SUPERVISOR CARMI NOS DESIGNOU QUE FOSSE-</p> <p>MOS MONITORANDO A OCORRÊNCIA E FINAL.</p> <p>FOMOS SOLICITADOS PELA CIGITE PARA ATENDER UM OBITO 14 228</p> <p>PARADO NA INDUSTRIA NA RUA DOIS DE NOVENO, ONDE FOI NOTIFICADO UM</p> <p>VEICULO CONFORME AIT 702730</p> <p>DEPOIS SEGUIMOS PARA FIM DE OBTENÇÃO O DE FOI NOTIFICADO VÁRIOS</p> <p>VEICULOS NA AV. CONT. DAS ARMAS CONFORME AIT'S 702726, 702727, 702728</p> <p>702729.</p> <p>DEPOIS SEGUIMOS PARA RUA DO RANGEL, ONDE FOI NOTIFICADO UM</p> <p>VEICULO CONFORME AIT'S 702731, 702732, EM SEGUIMOS FOMOS PARA</p> <p>MARIANGELA NA AV. JOSEFA TAVIRA ONDE FOI NOTIFICADO, ALGUNS VEICULOS</p> <p>CONFORME AIT'S 702733, 702734.</p> <p>DEPOIS SEGUIMOS PARA O VALENTINA, ONDE FOI NOTIFICADO ALGUNS</p> <p>VEICULOS NA RUA MARIANGELA XELOMA PRYATO CONFORME AIT'S 702735, 7027</p> <p>36, EM SEGUIMOS FOMOS PARA O GORTÃO ONDE FOI NOTIFICADO UM VEICULO</p> <p>CONFORME AIT 702737.</p> <p>DEPOIS SEGUIMOS PARA O GORTÃO PARA MONITORAR O BILHARDO, ONDE</p> <p>EXISTEM PONTOS BAST.</p> <p>ADDEDI A CONDUTORA MARIA JOSÉ DA SILVA, CMM 08 41791009 PS</p> <p>DE 026 481 144-59, QUE VINHA DIRIGINDO O SEU VEICULO DE PLACA MOF</p> <p>5373 PS SANTA RITA, QUE VINHA TRANSITANDO NA CONTRAMÃO NA RUA MOTO</p> <p>RISTA ALDOVANDRO LAMARCO PEREIRA, POIS A MESMA FOI OBSERVADA E USOU</p>		

Continue no verso



NAH, POU NO MOMENTO ESTÁ NO SERVIÇO DESENVOLVIMENTO.

CONTINUAMOS FAZENDO BOM TRABALHO NA RTH, QUANDO FORMOS INFORMADOS DE UM ACIDENTE NA RUA WILHEMMA GAUDINO NAYAZENHO, NOS DESLOCAMOS PARA O LOCAL E APÓS DEBARMOS COM A MOTO YAMAHA DE PLACA DEY 2233 PB, JÁO PESSOA CONDUZIDO POR RICARDO WANDUIN GOMES DE MORAIS CNH 036 151 874 09 PS COM 826.798.514-04, QUE ESTAVA NO SOLO COM A RODA AVANTÉRIA A QUAL FOI SUCEDIDO PELA BOM.

O SENHOR WILSON DE MENEZES SOBRINHO ID. 486.208 PA RESIDENTE NA RUA WILHEMMA GAUDINO NAYAZENHO, 23 APTO 102, TELEFONE 883.638 68, FICOU COM A MOTO, OS CARACTERES E A CHAVE DA MOTO, VINDO A GUARDAR NO SEU LPTO.

É A MEMORIA NOS INFORMANDO QUE VEÍCULO QUE BATEU NA MOTO EVADIU SE POIS O MESMO ERA UM VEÍCULO DA MARCA CHEVROLET DE PLACA MTN 4278 PA SEM PESSOAS CONDUZIDAS POR UM CUAL DE IDOSO.

DEI CONTINUIDADE AO TURNO NA TRAZ NA AV. PRESIDENTE GETULIO VASOS X AV. MARCONILIA DA CONCEIÇÃO, ONDE FIQUEI MONITORANDO COM O AGENTE HOLMES.

VÁRIOS VEÍCULOS FORAM NOTIFICADOS NO RTH CONFORME AIT'S 702738 702739, 702740, 702741.

FICAMOS NO RTH, ATÉ O TERMINO DO EVENTO DA BICLOMATA DE 14.54.

S

S

Sob Designação: _____ Mat. _____

Nome Pessoa: 13/10/13 Luciano Moreira 843-5 18:00
Assinatura do Agente da Mobilidade Urbana Matrícula Hora Final

TOMANDO COMO BASE SUAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: Atividade de fiscalização e controle de trânsito, visando a segurança e a fluidez do trânsito.

DESCRIÇÃO DO TRABALHO: Realizar o controle de trânsito, visando a segurança e a fluidez do trânsito.

DIAGNÓSTICO: Descrever um problema detectado, dando detalhes das condições de via, do trânsito, da sinalização, dos condutores, sua idade, etc.

USO DO VEÍCULO NA OPERAÇÃO

APÓS: Descrever as ações do durante o turno (intervenções efetuadas, atendimento, levantamento de acidentes, e operação, etc.

SUGESTÃO: Descrever uma ação que deu resultado positivo imediato e definitivo.

SUGESTÃO: Descrever uma solução para um problema de circulação, sinalização, etc.

Pode ser objeto de um Fato Positivo

Atividade	Realizada	Observações
Aprovação no relato e coleta de dados e informações	30	
Desempenho de tarefas consideradas portuguesas	05	
Diversidade de tarefas	10	

17.10.13

DATA DA AVALIAÇÃO

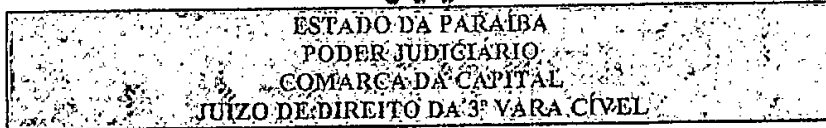
Presidente: Wilson de Moraes Rocha
Agente de Trânsito - Presidente

Membro: Luciano Moreira
CCPDF 843-5 - Membro

Membro: Luciano Moreira
CCPDF 843-5 - Membro

Membro: Luciano Moreira
CCPDF 843-5 - Membro





Processo nº 0052886-08.2014.815.2001
Promovente: Ricardo Wantuir Gomes de Moraes
Promovida: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRETENSÃO RESISTIDA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE LITÍGIO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Não tendo o promovente interesse processual para propor a ação, outra solução não há senão o indeferimento da petição inicial, com a consequente extinção do feito sem resolução de mérito, nos moldes do art. 267, VI, do CPC.

Vistos.

RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS, parte devidamente qualificado nos autos em epígrafe, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em face de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, igualmente qualificada, pelos fatos e fundamentos expostos na exordial de fls. 02/06.

Aduz a parte autora, em suma, ter sido vítima de acidente de trânsito e, em razão disso, haver sofrido debilidade permanente no membro inferior esquerdo, pelo que pleiteou recebimento do seguro DPVAT.

Assim, requer a promovente a realização de perícia pelo órgão oficial competente, a fim de comprovar suas alegações, ou seja, a constatação e a graduação da debilidade suscitada, de modo a subsidiar o recebimento de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) da promovida.



Em seguida, vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Passo a decidir.

Alega o autor que, por saber que as seguradoras conveniadas à FENASEG não cumprem exatamente o que estipula a Lei, optou por buscar a tutela jurisdicional, promovendo a presente ação, a fim de garantir o que é seu por direito.

Após profunda análise e vasta leitura dos precedentes dos Tribunais Superiores e do TJPB sobre a presente matéria, amadureço e reformulo meu entendimento, anteriormente esboçado em ações idênticas a esta, para agora me filiar à tese de que, nos casos de cobrança judicial do seguro DPVAT, é necessária a demonstração da tentativa de recebê-lo primeiramente da seguradora e que esta recuse o pagamento, omita-se quanto a este, ou pague valor a menor que o autor entende devido.

De fato, é consabido que o Código de Processo Civil de 1973 adotou a Teoria eclética do direito de ação, de acordo com a qual direito de ação depende do preenchimento de certos requisitos formais chamados de "condições da ação".

Para essa teoria, as condições da ação não se confundem com o mérito, ainda que sejam aferidas à luz da relação jurídica de direito material discutida no processo, sendo analisadas preliminarmente e, quando ausentes, geram uma sentença terminativa de carência de ação (art. 267, VI, do CPC) sem a formação de coisa julgada material.

São condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual.

A possibilidade jurídica do pedido significa que ninguém pode intentar uma ação a fim de requerer providência ou pretensão que não esteja em conformidade o ordenamento jurídico-material. Já a legitimidade das partes diz respeito à pertinência subjetiva da ação, ou seja, à relação jurídica de direito material que envolve as partes litigantes.

Por fim, o interesse processual é reconhecido quando preenchido o trinômio necessidade, utilidade e adequação. Nesse tom, o ingresso da ação deve ser necessário para que o autor obtenha um resultado prático útil, apto a lhe conceder o bem de vida pretendido, devendo haver adequação do pedido ao meio processual escolhido.



20

O interesse processual, no que concerne ao aspecto da necessidade, surge somente quando configurada a pretensão resistida no âmbito do direito substancial. Assim, a movimentação da máquina estatal só se justifica quando demonstrada a necessidade de utilização da via jurisdicional, ante a impossibilidade de composição do litígio no campo do direito material.

É essa a doutrina de Humberto Theodoro Júnior:

"O interesse de agir, que é instrumental e secundário, surge da necessidade de obter através do processo a proteção ao interesse substancial. Entende-se, dessa maneira, que há interesse processual 'se a parte sofre um prejuízo, não propondo a demanda, e daí resulta que, para evitar esse prejuízo, necessita exatamente da intervenção dos órgãos jurisdicionais'. Localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo como remédio apto à aplicação do direito objetivo no caso concreto, pois a tutela jurisdicional não é jamais outorgada sem uma necessidade, como adverte Allorio. Essa necessidade se encontra naquela situação 'que nos leva a procurar uma solução judicial, sob pena de, se não o fizermos, vermo-nos na contingência de não podermos ter satisfeita uma pretensão (o direito de que nos afirmamos titulares)'. Vale dizer: o processo jamais será utilizável como simples instrumento de indagação ou consulta acadêmica. Só o dano ou o perigo de dano jurídico, representado pela efetiva existência de uma lide, é que autoriza o exercício do direito de ação."

A pretensão resistida ocorre no momento em que um sujeito que pretende obter um bem da vida, é impedido por outro, que lhe cria uma resistência a tal pretensão, surgindo desse choque de interesses (obter o bem da vida e impedir a sua obtenção) o conflito de interesse entre as partes.

No caso vertente, não há conflito de interesse a ser pacificado através do ingresso da presente demanda, eis que não houve negativa da seguradora ré em conceder o pleito ora formulado. Ora, o próprio autor afirmou que não formulou pedido administrativo, de modo que inexistente resistência da promovida em conceder o seguro obrigatório.

Neste sentido, frise-se que não se está aqui a exigir que o autor esgote as vias administrativas, ou seja, não se impõe que ele venha a exaurir

¹ Curso de Processo Civil, vol. 1, Forense, Rio de Janeiro, 1990, pág. 59.

3



2V

todos meios postos a sua disposição, para obter o recebimento do seguro junto da promovida. No entanto, é indispensável à configuração do interesse de agir que o demandante busque, ao menos minimamente, a satisfação de sua pretensão, de sorte que, encontrando resistência ou até mesmo a mora da seguradora em responder a seu pedido, poderá se utilizar da coerção judicial.

Entender de outro modo é consagrar o uso predatório do Poder Judiciário e sua utilização como mera "assessoria de cobrança". Eis o precedente no âmbito do STJ sobre o tema:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. INÉRCIA DO AUTOR QUANTO A ESTE PEDIDO. REVERSÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INCURSÃO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA. MATÉRIA ATINENTE À COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial. 2. Rever o entendimento firmado pelo acórdão recorrido, no sentido da não formulação do requerimento administrativo, demanda a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. 3. O tema constitucional em discussão (inafastabilidade do acesso ao Poder Judiciário) refoge à alçada de controle desta Corte Superior de Justiça. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 936574/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/08/2011, DJe 08/08/2011). (Grifos acrescidos)

Destaque-se que não há que se falar em ofensa ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, eis que inexistente efetiva lesão ou perigo concreto de lesão ao direito alegado pelo autor. Isso porque não se pode antever a resposta negativa da seguradora ao pedido formulado.

Ademais, que não se pode utilizar tal preceito como artifício, para, repita-se, transferir ao Poder Judiciário o ônus de corrigir eventuais omissões e deficiências administrativas do Poder Executivo, a não ser na via

4



judicial específica para este fim. Absorver este ônus gravoso é afastar a jurisdição das lides concretamente deduzidas.

Destarte, a propositura de demanda judicial sem haver não só a presença do litígio denota flagrante falta de interesse processual do promovente, impondo-se ao caso a extinção do processo sem resolução do mérito, não acarretando a medida ora imposta, qualquer violação ao inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Republicana, vez que inexistindo, *a priori*, o próprio direito, não se cogita falar, por ora, em lesão ou ameaça a este.

Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, para extinguir o processo sem resolução do mérito, vez que ausente o interesse processual, nos termos do art. 267, VI, do CPC.

Sem custas, ante a gratuidade ora deferida e sem honorários por não ter se instaurado o contraditório. Após o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos presentes autos, independentemente de nova conclusão.

P.R.I.

João Pessoa, 19 de agosto de 2014.

AYLZIA FABIANA BORGES CARRILHO
Juíza de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0838487-96.2018.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
A s s u n t o : [S E G U R O]
Polo ativo: AUTOR: RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS
Polo passivo: RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

CERTIDÃO

Nesta data faço conclusão dos autos.Certifico e dou fé.

JOÃO PESSOA, 26 de setembro de 2018
ROSANGELA RUFFO DE SOUSA LEO MAUL





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0838487-96.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Por força da previsão do art. 286, II, do CPC, REDISTRIBUA-SE a demanda para a 3ª Vara Cível da Capital, por dependência ao processo de número N° 00562886-08.2014.8.15.2001.

P.I.

JOÃO PESSOA, 17 de outubro de 2018.

RENATA DA CAMARA PIRES BELMONT

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0838487-96.2018.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
A s s u n t o : [S E G U R O]
Polo ativo: AUTOR: RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS
Polo passivo: RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

CERTIDÃO

Nesta data faço a redistribuição dos autos.Certifico e dou fé.

JOÃO PESSOA, 19 de outubro de 2018
ROSANGELA RUFFO DE SOUSA LEO MAUL





Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0838487-96.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos.

Infere-se dos autos que a parte promovente pugnou pela gratuidade da justiça, declarando-se pobre na forma da lei.

O art. 99, §3º do CPC, estabelece a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. Destaque-se que, sendo relativa a presunção de miserabilidade, pode o magistrado questionar *ex officio* alegação, caso encontre elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente, a fim de que o benefício não seja utilizado por aqueles que não se enquadram nas hipóteses legais.

Destarte, **intime-se** a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar declaração de hipossuficiência financeira e declaração de imposto de renda, dos últimos 02 (dois) anos, a fim de instruir pedido de justiça gratuita, sob pena de indeferimento.

JOÃO PESSOA, 06.02.2019

Juiz(a) de Direito



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE
JOÃO PESSOA/PB

Processo nº 0838487-96.2018.8.15.2001

RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, por seu advogado que subscreve, em atenção ao despacho proferido por vossa excelência, requerer a juntada da declaração de imposto de renda, referente aos anos de 2017 e 2018, conforme determinado.

Nestes termos, requer o deferimento do referido benefício com o prosseguimento do feito.

João Pessoa, 19 de março de 2019.

MARTINHO CUNHA

OAB-PB 11086



Consultar CPF - DIRF Beneficiário

CPF: 826.798.514-04

Nome do beneficiário na DIRF	Nome do beneficiário no CPF
RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS	RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS
Declarante	Ano de Retenção
02.322.136/0001-43 - COMBATE SEGURANCA DE VALORES EIRELI	2018
Tributo	
0561 - IRRF - Rendimento do Trabalho Assalariado	

Detalhe DIRF

Mês	Rendimentos Tributáveis	Imposto Retido	Valores Mensais Isentos	Deduções
Novembro	575,01	0,00	0,00	46,00
Dezembro	1.262,75	0,00	0,00	101,02
Total	1.837,76	0,00	0,00	147,02
13º Salário	80,72	0,00	0,00	0,00

Resumo das Deduções

Previdenciária Oficial	Pensão Alimentícia	Dependentes	Previdência Privada/FAP
147,02	0,00	0,00	0,00

Valores Anuais Isentos

Lucros e dividendos pagos a partir de 1996, valores pagos a titular ou sócio de empresa de pequeno porte, exceto pró-labore e aluguel, e outros	0,00
---	------

Consultar CPF - DIRF Beneficiário

CPF: 826.798.514-04

Nome do beneficiário na DIRF RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS	Nome do beneficiário no CPF RICARDO WANTUIR GOMES DE MORAIS
Declarante 02.322.136/0001-43 - COMBATE SEGURANCA DE VALORES EIRELI	Ano de Retenção 2018
Tributo 0561 - IRRF - Rendimento do Trabalho Assalariado	

Detalhe DIRF

Mês	Rendimentos Tributáveis	Imposto Retido	Valores Mensais Isentos	Deduções
Novembro	575,01	0,00	0,00	46,00
Dezembro	1.262,75	0,00	0,00	101,02
Total	1.837,76	0,00	0,00	147,02
13º Salário	80,72	0,00	0,00	0,00

Resumo das Deduções

Previdenciária Oficial	Pensão Alimentícia	Dependentes	Previdência Privada/FAP
147,02	0,00	0,00	0,00

Valores Anuais Isentos

Lucros e dividendos pagos a partir de 1996, valores pagos a titular ou sócio de empresa de pequeno porte, exceto pró-labore e aluguel, e outros	0,00
---	------



Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0838487-96.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos.

Considerando a ocupação de cobrador desempenhada pela autora, o bairro em que reside e os documentos juntados aos autos a fim de comprovar sua situação de pobreza, defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A experiência prática demonstra que as partes não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

JOÃO PESSOA, data da assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito



Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA
()

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0838487-96.2018.8.15.2001

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000.

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Capital, CITO Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.
JOÃO PESSOA, em 27 de abril de 2020.

TEREZA PRISCILA PESSOA DA ROCHA
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 18071613214157400000014987574



CERTIDÃO

Certifico que dei inteiro cumprimento ao presente mandado/ofício conforme ciente exarado, pelo(a) Funcionária Ednayara Luiza, que afirmou estar habilitado(a) a receber o documento. Segue mandado abaixo. Dou fé.

